

História pública e experimentações participativas: uma conversa com Juniele Rabêlo de Almeida

Marta Gouveia de Oliveira Rovai¹

Ricardo Santhiago²

Fabíula Sevilha de Souza³

¹ Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Integrante da Diretoria de Cursos e História Pública da Anpuh/BR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2017104349633265> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0769-0748>. Email: marta.rovai@unifal-mg.edu.br

² Doutor em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Professor na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Integrante da Diretoria de Cursos e História Pública da Anpuh/BR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7835530375903585> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5318-5801> Email: ricardo.santhiago@unifesp.br

³ Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Integrante da Diretoria de Cursos e História Pública da Anpuh/BR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0014755537333505>. <https://orcid.org/0000-0002-9854-2013>. Email: fsevilhas@yahoo.com.br

História pública e experimentações participativas: uma conversa com Juniele

Rabêlo de Almeida

ROVAL; M. G. O.

SANTHIAGO, R.

SOUZA, F. S.

Public history and participatory experiments: a conversation with Juniele Rabêlo de Almeida

1 – Em 2011, você acompanhou a organização do curso Introdução à História Pública, realizado na Universidade de São Paulo e que, posteriormente, deu origem ao primeiro livro sobre o tema no Brasil. Gostaríamos que você nos contasse sobre a importância desse processo na Academia e sobre como foi o seu ingresso neste debate. Quando se fala de História Pública, notamos algumas resistências no ambiente acadêmico quanto ao fato de ela ser considerada um modismo ou uma prática que é própria do fazer histórico, sem representar nenhuma contribuição. Há quem afirme, ainda, ser a História Pública uma simplificação ou um abandono da ciência em nome de um mercado interessado por curiosidades históricas. Como você analisa essas críticas?

Já se passaram 13 anos do lançamento da obra *Introdução à História Pública*, que tive a alegria de co-organizar com a parceria fundamental de Marta Rovai (Editora Letra e Voz). O livro resultou das reflexões iniciadas durante o *Curso de Introdução à História Pública* organizado pelo querido Ricardo Santhiago na Universidade de São Paulo em 2011. Buscávamos, naquele momento, pensar a história pública como possibilidade de difundir o conhecimento histórico de maneira responsável e integrada – dialogando com dimensões tecnológicas, políticas e culturais. A partir daí, em um movimento marcado por experimentações criativas da Rede Brasileira de História Pública: nos congressos bianuais da Rede, na organização de Simpósios Temáticos em diversos congressos (em especial da ANPUH e ABHO) e inúmeras publicações (obras coletivas e dossiês em revistas acadêmicas). É inegável a consolidação e a vitalidade dessa História Pública crítica e participativa que estamos construindo.

Assim, as possíveis resistências, de alguns grupos acadêmicos é, de fato, intrigante e revela uma tensão entre o ideal de uma ciência fechada (com discurso restrito) e a necessidade de um diálogo ampliado e dinâmico com a sociedade –

que democratiza o conhecimento e promove a participação de diferentes segmentos sociais nas discussões históricas. A História Pública, que estamos construindo diariamente, não reduz a complexidade da narrativa histórica com simplificações; e também não ignora a importância dos diversos trabalhos de memória realizados fora da academia. Buscamos compromissos éticos na produção e difusão dos saberes históricos, intervindo no debate público – estimulando práticas coletivas de discussão sobre a produção e circulação dos saberes. Trata-se hoje de uma luta contra a proliferação de discursos negacionistas, incluindo o negacionismo histórico que impacta a possibilidade do direito à história (História dos Povos Indígenas, a História da África e Afro-Brasileira, a História da Comunidade LGBTQIA+, a História dos/as Trabalhadores/as e a História da Ditadura Civil-Militar...). A História pública está atenta as muitas plataformas voltadas para a divulgação de interpretações históricas, buscando pontes com outros sujeitos não-historiadores, de forma interdisciplinar para a existência de uma cultura histórica antiautoritária e anticolonial. Enfim, a História Pública não é um modismo ou uma simplificação; não é um entretenimento que se rende ao mercado em nome de curiosidades históricas. Essa visão é não apenas redutiva, mas também contraproducente. A História Pública não está em oposição ao rigor da pesquisa histórica; ao contrário, ela amplifica a relevância da História ao problematizar os usos do passado e ao promover uma produção/difusão de conhecimento pluridisciplinar e, muitas vezes, comunitário.

Já em 2011 era possível apresentar experiências e reflexões que evidenciavam como a história pública pode e deve ser uma prática ética, capaz de engajar o público e estimular uma construção coletiva de saberes. O que discutimos ali não era apenas sobre a divulgação da História, mas sobre como essa divulgação poderia ser um meio de aprender com as demandas e mudanças sociais, criando pontes entre a academia e as práticas no mundo real—seja nos

arquivos, museus ou na mídia. Essas críticas à História Pública muitas vezes ignoram o seu potencial para enriquecer o debate acadêmico e ampliar o espectro de quem participa da produção histórica. Em vez de ver a História Pública como uma ameaça à ciência, devemos vê-la como uma oportunidade para desafiar o elitismo com reconhecimento da diversidade de vozes que podem e devem contribuir para nossa compreensão do passado – ampliando o acesso ao conhecimento.

A História Pública não é um território exclusivo da área de História, mas uma interseção que envolve múltiplas disciplinas e práticas. Não se trata apenas da afirmação de que a História pode e deve ser pública, mas a percepção de que essa prática nos torna pesquisadores mais responsáveis e conectados com a sociedade que nos rodeia.

2 – Fale-nos um pouco da atuação dos membros da Rede Brasileira de História Pública (RBHP) desde sua criação e de sua diversidade por todo Brasil.

Falar sobre a criação e a consolidação da Rede Brasileira de História Pública é sempre uma tarefa delicada para mim, pois considero fundamental reconhecer a importância das contribuições de todos/as/es os participantes e dos eventos significativos. Em vez de listar os nomes com base em sua importância, o que poderia criar hierarquizações, prefiro observar o processo e mencionar apenas aqueles responsáveis por sediar os eventos, assim como aqueles que contribuíram para as obras coletivas resultantes dos Simpósios e Cursos da RBHP. Ficará para outro momento a menção de cada palestrante, debatedor, coordenador de ST e minicurso que integrou as atividades da RBHP.

O 1º *Simpósio Internacional de História Pública* foi realizado em 2012 na Universidade de São Paulo (USP), com a organização do Ricardo Santhiago,

preocupando-se com a agenda pública e espaços de compartilhamento do como fazer, pensar e sentir a história. A força desse evento gerou, ainda em 2012, a criação da *Rede Brasileira de História Pública* em um evento sediado no *Museu Histórico Abílio Barreto* com apoio de José Newton Meneses (UFMG), em Belo Horizonte. Além do primeiro, na USP, as atividades e os simpósios internacionais da RBHP, bianuais, já percorreram o Brasil: o evento passou pela Universidade Federal Fluminense (UFF) – onde eu e Ana Mauad realizamos o evento com a parceria de todo LABHOI-UFF, em 2014; depois foi generosamente sediado na Universidade Regional do Cariri (URCA), em 2016, com a organização de Sônia Meneses; e voltou à Universidade de São Paulo, mas em seu campus Leste (em 2018 com Ricardo Santhiago e Valeria Magalhães). Naquele momento, em 2018, o *Simpósio Internacional de História Pública* esteve em sincronia com o *Encontro Anual da Federação Internacional de História Pública*. Diversos grupos atuantes, tanto do Brasil quanto do exterior, se reuniram para catalisar ideias e conexões. E foi nesse cenário vibrante que representantes da UFRGS – que hoje sedia o pioneiro bacharelado com ênfase em história pública do país – não só se fizeram notar em grande número, mas se dispuseram a sediar o próximo Simpósio no Rio Grande do Sul, que foi programado para 2020 – com a organização de Benito Bisso Schmidt e integrantes do LUPPA-UFRGS.

Assim, enquanto a pandemia nos atravessava, foi possível realizar, em formato online, o Encontro da UFRGS em 2020 e o *2º Curso Nacional de História Pública*, em 2021. Mesmo com os encontros presenciais interrompidos, devido à crise sanitária (que também trouxe desafios econômicos e políticos), as interações e discussões promovidas pela *Rede Brasileira de História Pública (RBHP)* impulsionaram a criação de um programa de Mestrado em História Pública na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), além de linhas de pesquisa em

diversos programas de pós-graduação e uma infinidade de núcleos, laboratórios e projetos em todo o Brasil.

No momento que respondo as perguntas, em fins de setembro de 2024, nos reunimos para a abertura do 5º *Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública*, realizado de forma híbrida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – com a organização de Francisco Santiago Jr. e Fabiula Sevilha.

Da obra coletiva produzida a partir do 1º *Curso Nacional de História Pública (Introdução à história pública, 2011 – Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai Orgs.)*, tivemos a participação de: Adriane Vidal Costa; Ana Maria Mauad; Cecília Miglorancia; Fernando Dumas; Gerald Zahavi; Heloísa de Araújo Duarte Valente; James K. Reap; Jill Liddington; Juniele Rabêlo de Almeida; Marta Gouveia de Oliveira Rovai; Marta Fonterrada; Paulo Nassar; Ricardo Santhiago; Rodrigo de Almeida Ferreira; Simone Silva Fernandes; Valéria Dias; Viviane Tessitore.

A segunda coletânea da *Rede Brasileira de História Pública* reuniu reflexões surgidas a partir do 1º e do 2º *Simpósio Internacional de História Pública (História pública no Brasil: Sentidos e itinerários, 2016 – Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago Orgs.)*, reunindo: Adriane Vidal Costa, Ana Maria Mauad, Anita Lucchesi, Beatriz Kushnir, Benito Bisso Schmidt, Bruno Leal, Daphne Patai, David King Dunaway, Everardo Paiva de Andrade, Fernando de Araujo Penna, Hebe Mattos, Jorge Ferreira, José Newton Coelho Meneses, Juniele Rabêlo de Almeida, Lia Calabre, Linda Shopes, Marialva Barbosa, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Martha Abreu, Michael Frisch, Miriam Hermeto, Mônica Almeida Kornis, Nívea Andrade, Renata da Conceição Aquino da Silva, Renata Schittino, Ricardo Santhiago, Rodrigo de Almeida Ferreira, Sonia Wanderley e Thais Nívia de Lima e Fonseca (com apresentações de Lucília de Almeida Neves Delgado e Paulo César Garcez Marins).

Do 3º Simpósio Internacional de História Pública, ocorrido no Cariri, nasceu a terceira coletânea (*História Pública em Debate: Patrimônio, educação e mediações do passado*, 2018 – Juniele Rabêlo de Almeida e Sônia Meneses) com as seguintes parcerias: Adriane Vidal Costa, Ana Maria Mauad, Darlan de Oliveira Reis Junior, Everardo Paiva de Andrade, Fernando de Araújo Penna, Francisco das Chagas F. Santiago Júnior, Francisco Egberto de Melo, Juniele Rabêlo de Almeida, José Newton Coelho Meneses, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Maria Sílvia Duarte Hadler, Miriam Hermeto, Ricardo Oriá, Ricardo Santhiago, Rodrigo de Almeida Ferreira, Sônia Meneses, Sonia Wanderley

No mesmo ano, foi lançada no 4º Simpósio Internacional de História Pública, ocorrido na USP Leste, a primeira obra bilingue (português e inglês) da RBHO – (*Que história pública queremos?*, 2018 – Ana Maria Mauad; Ricardo Santhiago; Viviane Trindade Borges Orgs.) com: Ana Maria Mauad, Benito Bisso Schmidt, Bruno Leal Pastor de Carvalho, Caroline Silveira Bauer, Hebe Mattos, James N. Green, Juniele Rabêlo de Almeida, Marieta de Moraes Ferreira, Martha Abreu, Keila Grinberg, Paulo Knauss, Ricardo Santhiago, Richard Cândida Smith, Rogério Rosa Rodrigues, Samantha Viz Quadrato, Sônia Meneses, Viviane Trindade Borges, José Newton Coelho Meneses, Miriam Hermeto.

A última obra coletiva foi resultado do aniversário do 1º Curso de introdução à história pública – a partir dos debates surgidos em Grupos de Trabalho virtuais realizados durante o 2º Curso de introdução à história pública (*História pública em movimento*, 2021 – Juniele Rabêlo de Almeida e Rogério Rosa Rodrigues Orgs.): Ana Carolina Barbosa Pereira, Andréa Telo da Corte, Anne Caroline Peixer, Anita Lucchesi, Antônio Maicon Bezerra, Bruno Flávio Lontra Fagundes, Camilla Ferreira Paulino da Silva, Carina Martins Costa, Daniela Paiva Yabeta de Moraes, Edmilson Alves Maia Junior, Everardo Paiva Andrade, Fernando Sossai, Frederico Duarte Bartz, Geraldine Souza, Gilliard Prado, Hebe Mattos, Isabela Dias, Isadora de Melo Costa,

Jean Baptista, Jorge Diacópulos, Joana da Silva Barros, Juliana Muylaert, Juliane Serres, Lara de Castro, Lauri Miranda Silva, Letícia Brandt Bauer, Livia Monteiro, Livia Moraes Garcia Lima, Luiz Otávio Correa, Marcella Albaine, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Maria Fernanda Rollo, Maria Silvia Duarte Hadler, Miriam Hermeto, Michel Kobelinski, Natália da Silva Oliveira, Natália Guerellus, Nashla Dahás, Paulo César de Sales Coelho Dias Coelho, Pedro Telles da Silveira, Raphael Garcia Pinto de Barros, Ricardo Santhiago, Rogério Rosa Rodrigues, Samuel Silva Rodrigues de Oliveira, Sônia Meneses, Sonia Wanderley, Sued Carvalho, Viviane Trindade Borges, Waldomiro da Silva Junior.

As obras coletivas da RBHP expressaram, entre 2011 e 2021, a intensidade e a variedade das produções de história pública no país nos últimos dez anos. Destaco aqui, após 2021, as coletâneas publicadas pela *Série História Pública* da editora *Letra e Voz* – incentivadora das produções da RBHP. Bem como as demais obras coletivas, de diversas editoras, atentas às discussões sobre história pública. São fundamentais os dossiês sobre história pública em revistas acadêmicas, vinculadas a várias universidades brasileiras, que marcaram o movimento dos debates nos últimos anos.

Pesquisadores de inúmeras universidades espalhados por todo Brasil, bem como professores da Rede Básica de Ensino e membros de diversos coletivos de memória, proporcionaram várias escritas coletivas/colaborativas. A diversidade teórico-metodológica e temática, que caracterizam a história pública no Brasil, caracterizam a pluralidade das contribuições na RBHP – em uma interlocução horizontal. Nesse caminho, muitas perguntas catalisaram as reflexões sobre os sentidos públicos para uma história comprometida com os debates sobre: desigualdades sociais; negacionismos e preconceitos; desafios profissionais do historiador; história local; história digital; situação da Amazônia; pandemia; movimento LGBTQIA+; interseccionalidade; narrativas de dor; desafios do ensino

básico de história; perspectivas das ações participativas; pesquisa-intervenção e dimensões des/anticoloniais da história pública.

3 - Como você acredita que os cursos de licenciatura e bacharelado podem preparar seus discentes para atuarem como mediadores críticos dessa construção pública do conhecimento histórico? Você entende que existem competências e habilidades que seriam fundamentais, dentro do processo de formação, para esta função? Você concorda com a necessidade de se institucionalizar a formação de um profissional, o “historiador público”, a fim de que a universidade possa estar melhor preparada para lidar com diferentes públicos, tecnologias digitais e espaços múltiplos?

Durante o 2º Curso de Introdução à História Pública, surgiu uma questão provocadora: existe realmente um mercado para os historiadores ou estamos apenas alimentando uma ilusão? De um lado, há quem acredite que sim, apontando um futuro de oportunidades em museus, arquivos, mídias digitais e até no setor privado. Mas, na realidade, a atuação precária e incerta levanta dúvidas. É inegável que os historiadores têm buscado espaços fora da academia, e a presença em mídias digitais e na preservação do patrimônio cultural não é novidade. No entanto, essa expansão não tem se traduzido em segurança profissional. A maioria trabalha de forma autônoma ou em projetos temporários, enfrentando barreiras estruturais. Além disso, os escândalos de subfinanciamento e abandono em instituições de memória, como o *Museu Nacional* e a *Cinemateca Brasileira*, evidenciam a fragilidade desse “mercado”. A regulamentação atual da profissão “historiador/ra”, com a Lei 14.038, despertou esperanças para a criação de novas oportunidades. Mas será que essa lei conseguiu enfrentar o maior desafio: a falta de empregabilidade. O mercado não regulado, as dificuldades

enfrentadas por historiadores formados em licenciatura e bacharelado, e a limitação dos cursos de História mostram que precisamos discutir mais a profissão historiador/ra, sem perder os debates sobre o nosso locus consolidado: a profissão docente e os seus desafios. Para isso precisamos do apoio da sociedade – as nossas profissões (professor/ra de História e historiador/ra) precisam ser valorizadas.

Assim, para além dos problemas de empregabilidade, temos questões sobre o saber histórico que está sendo ameaçado frente aos negacionismos históricos na sociedade atual. Nesse contexto, o movimento ampliado da história pública é fundamental. Pois, antes de qualquer coisa é necessário repensar a formação acadêmica, promovendo ações que permitam aos cursos de História preparar seus estudantes para atuarem como mediadores críticos na construção pública do conhecimento. Para formar profissionais comprometidos com as dimensões éticas da história pública, é essencial adotar um currículo integrado que aborde questões contemporâneas, como a representação justa de grupos minorizados a partir do pensamento des/anticolonial. Além disso, práticas de mediação, por meio de estágios e projetos práticos – especialmente em programas de extensão – em centros de memória, arquivos, museus e comunidades são indispensáveis. Essas experiências devem buscar uma interação dialógica entre diferentes públicos, permitindo a integração de diversas perspectivas e conhecimentos, valorizando o encontro de saberes.

No que diz respeito à tecnologia, é fundamental discutir o uso ético das ferramentas digitais na historiografia, considerando implicações de privacidade e autoria, sem perder de vista as desigualdades sociais. Também é necessário observar criticamente as fontes digitais, avaliando questões de credibilidade e viés. O engajamento comunitário deve ser promovido, envolvendo os estudantes em projetos que valorizem a história colaborativa, permitindo a interação direta

com as narrativas locais e a construção coletiva de suas histórias. Por fim, a crítica e o rigor são indispensáveis ao incentivar a elaboração de materiais para divulgação científica de maneira reflexiva. Essas ações são cruciais para uma atuação participativa e integrada com a sociedade. No entanto, diante do aumento de negacionismos e *fake news*, como preparar os estudantes para atuar em debates públicos? Isso requer um suporte financeiro significativo, pois as universidades estão sob ataque. Precisariamos, portanto, de grandes programas transdisciplinares para combater o negacionismo e promover a cidadania digital. Sobre a necessidade de institucionalizar a formação de um "historiador público", acredito que essa medida, por si só, não resolverá o problema. Nos Estados Unidos, a crise de empregos para historiadores nos anos 1970 levou ao surgimento da história pública como uma tentativa de institucionalização da formação. No Brasil, a regulamentação não segue um caminho similar. Aqui as mudanças estão ocorrendo com a reformulação dos currículos e a criação de projetos, grupos e linhas de pesquisa/ensino/extensão comprometidos com a história pública de forma interdisciplinar e aberta. Acredito que precisamos repensar e integrar a história pública de maneira ativa e coletiva, com experimentações participativas e a busca de políticas de memória (com recursos financeiros significativos) para ações efetivas contra as ameaças ao saber histórico crítico e a justa memória.

4 - Qual é o papel das tecnologias digitais na constituição das práticas de história pública?

Nas últimas décadas, temos vivido os efeitos da chamada virada digital, um fenômeno que está provocando transformações rápidas e profundas. A tecnologia digital nos convoca a refletir criticamente sobre como essas tecnologias transformam a produção, a pesquisa e a disseminação do conhecimento

histórico; apresentando desafios significativos que vão além do mero uso de novas ferramentas. Infelizmente, não estamos preparados para esses desafios: A história digital não deve se restringir à simples incorporação de tecnologias; é fundamental que envolva uma análise profunda sobre como essas ferramentas afetam a produção e a divulgação da história – transformando os processos históricos e sua interpretação. A diferença entre utilizar tecnologias digitais e praticar uma história digital reside na capacidade de refletir criticamente sobre o impacto dessas inovações.

No Brasil as desigualdades sociais e econômicas resultam em um acesso desigual às tecnologias digitais. A exclusão digital reflete desigualdades já existentes. A pandemia de *Covid-19* evidenciou a fragilidade das chamadas estruturas de “inclusão digital”, que deveriam ser um direito fundamental de cidadania. Muitos brasileiros ainda não têm acesso a dispositivos digitais ou a uma internet de qualidade. A falta de conectividade nas áreas rurais e entre populações de baixa renda agrava as desigualdades digitais e limita o potencial de desenvolvimento das tecnologias nessas comunidades. A qualidade do acesso à *internet* é um aspecto fundamental. Embora muitos brasileiros de baixa renda tenham algum nível de acesso, frequentemente se restringe a celulares com planos de dados limitados, voltados apenas para mensagens e redes sociais. Esse cenário compromete tanto a qualidade da informação acessada quanto a capacidade de utilizar as tecnologias digitais de maneira eficaz e crítica. Mais do que o acesso, o letramento digital é fundamental para a inclusão, pois, a dependência de aplicativos como *WhatsApp* e redes sociais como *Instagram* e *Facebook* expõe a população a riscos de desinformação e manipulação. Sem a habilidade de verificar informações e avaliá-las criticamente, as pessoas ficam vulneráveis a *fake news* e discursos negacionistas, o que prejudica a compreensão e a educação histórica.

Neste contexto, a história pública enfrenta o desafio de desenvolver estratégias eficazes para combater a desinformação e promover um uso crítico das tecnologias digitais. A educação digital deve ser abrangente, incluindo não apenas o ensino formal, mas também a formação de públicos mais amplos, para fortalecer a capacidade crítica diante das informações digitais. Para isso precisamos de investimentos em políticas de memória para instituições de ensino (básico e superior) – reestruturando com tecnologias digitais os diversos museus, arquivos, centros de memória dentre outros. Métodos digitais podem amplificar desigualdades existentes se não forem adaptados às diversas condições da população. É necessário abordar a qualidade do acesso e a educação digital buscando equidade. A história digital deveria ir além da mera presença *online* e ser guiada por uma linguagem democrática, promovendo a acessibilidade para a compreensão crítica do passado.

Além disso, a história digital poderia envolver os públicos de maneira participativa e crítica. Métodos híbridos que combinam o digital com práticas não digitais podem superar limitações e oferecer uma prática colaborativa. Reconhecer tanto as limitações quanto as potencialidades das tecnologias digitais é essencial para superar barreiras e criar as pontes da história pública: não apenas adotar novas tecnologias, mas fomentar a acessibilidade e a coletividade a partir das pluralidades sociais e econômicas.

5 - Sua trajetória como pesquisadora está ligada fortemente ao trabalho com história oral. Como você vê a relação entre a história oral e a história pública em relação à democratização do conhecimento e das experiências?

O desafio é desformar o familiar e a buscar novos contornos fora do conhecido. Desformar não é apenas uma provocação estética, mas um convite a

questionar e expandir nossa compreensão das interações entre história oral e história pública. Desde 2011 coordeno com a querida parceira Marta Rovai o Simpósio Temático “História Pública e Oralidade” da ANPUH e da ABHO; pois acreditamos nas experimentações criativas, nas ações participativas e na pesquisa-intervenção em projetos de História engajada. A história oral não se desdobra automaticamente em história pública. Da mesma forma, a história pública não é apenas o resultado da história oral – mesmo sabendo que muitos dos grupos de história pública nasceram da história oral. A história pública busca ser um processo contínuo e profundo, que começa com a incorporação da dimensão pública desde o início do projeto e se reflete nas metodologias participativas adotadas e nos processos de divulgação dos acervos.

A história oral pode ampliar o sentido público da história e promover debates significativos, mas esse potencial não deve ser confundido com uma simples integração técnica. A valorização do processo participativo, e não apenas do produto final, é fundamental. A história oral pode impactar o debate público para políticas de memória, indo além do campo acadêmico – abordando aspectos multidisciplinares de forma inovadora.

As práticas de história pública e história oral podem expressar construções dialógicas da memória social – produzidas e difundidas – entre os saberes acadêmicos e não acadêmicos considerando o caráter público da história. Acompanho as pesquisas de historiadores brasileiros com a metodologia da história oral na coordenação da coleção de livros intitulada “*História Oral e Dimensões do Público*” (Editora Letra e Voz). Enfim, desde 2017, cada obra (organizada por um especialista) busca discutir uma questão sensível situada entre a história oral e a história pública; são elas: “*História Oral, Arte e Criatividade*” (Santhiago, 2017), “*História Oral e Comunidade*” (Mattos, 2017), “*História Oral e Mídia*” (Mauad, 2017), “*História Oral e Movimento Social*” (Almeida, 2017), “*História*

Oral e História das Mulheres" (Rovai, 2017), *"História Oral e Imigração"* (Magalhães, 2017); *"História Oral e Patrimônio"* (Borges, 2018); *"História Oral e Educação"* (Andrade; Almeida, 2019); *História oral e historiografia* (Gomes, 2020); *"História oral e educação antirracista"* (Pereira, et al., 2021); *"História oral e arquivo"* (Heymann, 2024); *"História oral e transexualidade"* (Rovai, 2024); *"História oral e futebol"* (Ribeiro; Hollanda, 2024); *"História oral e questões de ciência e saúde"* (Valente, 2024). Todos os livros da coleção procuram conectar história oral e história pública e indicar aspectos do compartilhamento de saberes, do trabalho de memória e, em alguns casos, a circularidade dos debates públicos e a difusão do conhecimento. Por meio de narrativas públicas (narrativas autorizadas e disponíveis em acervos abertos para consulta) – que expressam debates sobre valores, ações e representações – são discutidas trajetórias de vida e estudos temáticos sobre sujeitos históricos variados. Os debates sociopolíticos, as comunidades de sentido e os dissensos cotidianos compõe a tessitura dessas narrativas públicas. Os trabalhos realizados nessa interface demonstram práticas e análises plurais comprometidas com o caráter público da história.

As dimensões do público podem estar nas experiências para a construção e para a análise dos acervos de história oral. E, ainda, nas discussões teórico-metodológicas sobre história oral que ultrapassam as singularidades de cada pesquisa, sendo compreendidas por meio do comprometimento com a construção do saber histórico sem perder de vista as demandas dos participantes da pesquisa – bem como os processos de devolução e divulgação. Os pesquisadores, sensíveis aos procedimentos da história oral e as demandas públicas, procuram discutir os procedimentos para construção das entrevistas a partir da negociação de significados entre entrevistador e entrevistado – atentos às circularidades dos saberes. As fontes orais expressam as dimensões subjetivas

dos grupos sociais; e, ainda, indicam aspectos das ações coletivas e dos diferentes sistemas de valores no processo histórico.

Os trabalhos de história oral, atentos ao processo de construção e difusão de narrativas públicas, podem fundamentar as análises históricas a partir da constituição de arquivos orais públicos. Ao considerar as interpretações oferecidas pelos narradores, os pesquisadores/oralistas buscam refletir sobre as próprias narrativas orais, evitando invocações teóricas excessivas que desconsideram a força das entrevistas para significação dos trabalhos com história oral. Ao estimular novas pesquisas, na inter-relação história oral e história pública, se descortinam os desafios e as possibilidades da construção e análise de narrativas públicas por meio de entrevistas em diferentes formatos (que podem ter, por exemplo, um caráter público, aberto) – geradoras de diferentes acervos de história oral capazes de integrar histórias de vida, acontecimentos, subjetividades e questões sociais. O trabalho com história oral, a partir desses princípios, não tem como consequência apenas a divulgação da informação, mas a produção de conhecimento sensível que poderá implicar em compromissos públicos; por meio de debates amplos e processos de reconhecimento.

Questão fundamental para a história oral e para a história pública é discutir as políticas de memória, em um esforço de “dever de memória”. Os acervos de história oral indicam a íntima e complexa relação entre história, memória e política; bem como a relação entre historiadores e políticas de memória. O trabalho de história oral promove interpretações sobre as formas pelas quais os participantes da pesquisa construíram e reconstruíram suas histórias. O movimento da história oral possibilita a implementação de ações que inferem caminhos para parcerias no cotidiano das comunidades. Práticas de história pública em trabalhos com a oralidade tem como horizonte, para além da realização das entrevistas a partir da rede estabelecida, a possível entrega dos textos resultantes das entrevistas para

os narradores; bem como a disponibilização das entrevistas e das publicações delas decorrentes por meio de critérios de abertura ao público. Tais etapas de realização da história oral pretendem o respeito à narrativa autorizada pelo narrador: O entrevistado relata suas experiências de vida em um diálogo com o entrevistador – que pode assumir o compromisso de “guarda”, publicização e possível problematização histórica.

Da diversidade de procedimentos da história oral é possível encontrar experiências colaborativas, alimentada por questões socialmente vivas no tempo presente, com potência para ressignificar politicamente a memória social. Ao envolver sujeitos (acadêmicos e não acadêmicos), em colaboração, as demandas coletivas podem alicerçar projetos entre, os espaços universitários, escolares e comunitários, sobre a memória social; construindo uma imagem abrangente e dinâmica das experiências.

No Brasil são vários os grupos, caracterizados pelo engajamento nos diversos ativismos contemporâneos, integrados por historiadores, cineastas, antropólogos, jornalistas, produtores culturais, lideranças comunitárias, atores, artistas plásticos entre outros, que utilizam os procedimentos da história oral na organização e disseminação de práticas de história pública (mesmo não utilizando essa nomenclatura) – são projetos independentes com forte ação militante para transformação social em meio aos conservadorismos, intolerâncias e aos dilemas da globalização. O trabalho de história oral feito por movimentos sociais busca, em muitos casos, processos de fortalecimento das ações coletivas e dos debates públicos. Possibilita, dessa forma, a efetivação das práticas de história pública atentando para a subjetividade das construções históricas e para os traumas sociais do nosso tempo. Mas, vale reforçar a seguinte questão: Digitalizar, catalogar, garantir acesso público na internet é uma dimensão importante da história pública; mas é preciso pensar nos processos de construção

da pesquisa, nos interesses públicos envolvidos, bem como estar sensível aos diálogos (pesquisadores e comunidade) que norteiam novos rumos para a pesquisa. Dessa forma, projetos em história oral poderão estar atentos à história dos debates públicos, bem como aos esforços colaborativos que mobilizam diversos compromissos e engajamentos sócio-históricos.

6 – Durante a pandemia, entre 2020 e 2021, ouvimos discursos no senso comum, e mesmo por parte do Estado, que contribuíram para naturalizar o adoecimento e até mesmo a morte de pessoas idosas pelo COVID-19, em um processo de objetificação/abjetificação dos corpos envelhecidos. Em contrapartida, Denise Naciff, Livia Lima e você organizaram um livro pela Editora Letra e Voz, que reuniu diferentes pesquisadoras que fizeram uso da história oral para compartilhar experiências de mulheres sob um contexto social pandêmico e necropolítico. Como um trabalho com esta dimensão pode contribuir para práticas de história pública voltadas à memória e a políticas públicas?

O livro *“(Im)permanências: História oral, mulheres e envelhecimento na pandemia”* nasce da parceria e amizade com Denise e Livia. A obra é uma insurgência afetiva para a construção coletiva de um acervo, composto por entrevistas de história oral realizadas durante a pandemia de COVID-19 (e em contexto social necropolítico), na interseção entre mulheres e envelhecimento. Com a colaboração de 74 pesquisadoras/es de diferentes regiões do Brasil, o volume é estruturado em 40 capítulos que revelam as trajetórias de vida de mulheres diante dos desafios pandêmicos e dos abusos do governo federal à época. As narrativas são apresentadas de forma cuidadosa, oferecendo uma visão profunda das experiências e impactos sociais do isolamento em meio as desigualdades.

A diversidade de aspectos que envolvem o envelhecimento no Brasil é refletida nas histórias de mulheres quilombolas, ribeirinhas, intelectuais, professoras, ativistas, entre outras. Estas narrativas oferecem um retrato multifacetado do que significa ser mulher durante a pandemia, capturando medos, esperanças e lutas por meio das vozes das próprias entrevistadas. O projeto surgiu em um contexto de trabalho remoto e desafios metodológicos impostos pela pandemia, com a história oral adaptando-se para entrevistas online. Esta adaptação suscitou debates éticos sobre as novas formas de gravação e interação, destacando a importância de preservar e difundir narrativas orais e audiovisuais.

Para retomar a questão: Como um trabalho com esta dimensão pode contribuir para práticas de história pública voltadas à memória e a políticas públicas? Ao abordar aspectos sensíveis, em um forte engajamento com questões socialmente vivas, procuramos reflexões interseccionais, entre raça, gênero e classe social, feminismos plurais, e a luta contra a ditadura. Cada capítulo analisou a realidade das mulheres em isolamento social e suas experiências com o cuidado e a educação durante a crise sanitária em um grande projeto chamado “*Rede COVID 19 Humanidades*” (que envolveu várias universidades brasileiras) – para promoção de política públicas após a pandemia a partir dos materiais produzidos na área de Ciências Sociais e Humanas.

As narrativas, produzidas a partir do trabalho de História oral, destacaram escolhas pessoais e sociais sobre o presente e o passado, revelando dissensos e consensos que catalisaram práticas sociais e expressam questões sobre o uso e abuso do passado. O envelhecimento da população brasileira é uma realidade demográfica significativa. A pessoa idosa, uma figura cada vez mais visível nos discursos sobre políticas públicas e mercados de consumo, enfrenta novos desafios sociais e econômicos. A pandemia destacou as vulnerabilidades da

população idosa, com taxas de mortalidade mais altas entre os mais velhos, especialmente aqueles com doenças crônicas – gerando sofrimento emocional e financeiro, exacerbando desigualdades existentes. Mesmo com a evolução dos grupos etários mais afetados, discursos governamentais continuaram a tratar as pessoas idosas de forma preconceituosa, especialmente das mulheres idosas. O livro organiza as 40 narrativas em oito eixos temáticos, incluindo ancestralidades, militâncias solidárias, lutas históricas, e o cotidiano durante a pandemia. Esses eixos abordam a invisibilidade e discriminação duplamente enfrentadas pelas mulheres idosas, exacerbadas pelo racismo e pela pandemia. Conhecer a vulnerabilidade das idosas por meio dessas narrativas foi fundamental para promover debates junto ao Ministério da Saúde sobre mudanças sociais e educativas. O livro mobilizou profissionais da saúde (em meio as discussões sociopolíticas) junto a sociedade para ações intersetoriais e comunicativas que respondessem às necessidades e desafios das mulheres idosas. Cada entrevista ofereceu uma visão plural e construtiva da memória social, destacando o encontro de saberes e experiências compartilhadas. A obra se posiciona como um importante recurso público, mediando e organizando as memórias sociais das mulheres na interseção entre envelhecimento e pandemia.

7 – Nos últimos anos você, o professor Everardo Paiva de Andrade e a professora Aliny Pranto têm desenvolvido um trabalho que realiza cruzamentos entre história oral, docência e história pública. Gostaríamos que você falasse sobre a importância dessas escutas nas relações entre universidade e educação básica, e como estas práticas se relacionam com a perspectiva da história pública.

A *Rede Trajetórias Docentes* é um marco na valorização das narrativas docentes. O nosso desafio era organizar um acervo com narrativas de professores

(de diversas regiões brasileiras) em um único repositório. Embora plataformas digitais como o *YouTube* tenham se popularizado, a construção e manutenção de acervos em servidores próprios é fundamental garantir a integridade, preservação e acessibilidade dessas memórias. A criação do *Acervo Trajetórias Docentes* surgiu como uma resposta a essa necessidade ao integrar o *Laboratório de Ensino de História (LEH-UFF)* com as narrativas docentes (ligadas ao PIBID, Residência Pedagógica e ProfHistória) ao banco de dados do *Laboratório de História Oral e Imagem da UFF (LABHOI/UFF)*. A *Rede Trajetórias Docentes* é uma iniciativa interinstitucional e transdisciplinar que une pesquisa, ensino, extensão e divulgação. Assim, a rede nacional de pesquisadores/as Trajetórias Docentes, iniciada na UFF, busca construir coletivamente um acervo de história oral e narrativas autobiográficas ao integrar projetos de diversas instituições brasileiras: hoje a UFRN é a sede atual da Rede com o grupo de pesquisa Trajetórias Docentes/RN - com o *Laboratório de Ciências Humanas (LCH)*, vinculado ao *Laboratório de Ensino-Aprendizagem do Centro de Educação (LEA-CE)*; seguindo com o apoio do *Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF)* e do *Laboratório de Ensino de História (LEH-UFF)*. Além desses grupos e laboratórios, outros estão colaborando, estreitando o diálogo e realizando momentos formativos junto à Rede, a exemplo, do grupo *GERASOES - Geo-grafias (UFF)*. Os objetivos da *Rede Trajetórias Docentes* incluem a catalogação, digitalização e acesso público às narrativas autobiográficas de professores, além de promover a interação entre pesquisadores/as por meio de grupos de trabalho em história oral participativa.

Ela promove projetos de história oral com professores, potencializados por eventos e atividades da *Associação Brasileira de História Oral (ABHO)* e da *Rede Brasileira de História Pública*, como simpósios e minicursos. O objetivo da rede é proporcionar um espaço para debates teóricos e metodológicos sobre histórias de

vida, formação e trabalho docente, além de explorar entrevistas públicas em história oral. A produção do acervo é organizada por uma abordagem participativa e dialógica, facilitando encontros entre professores da educação básica e superior. Destaca-se o ProfHistória, um Mestrado Profissional em Ensino de História, essencial para a formação continuada de docentes de História.

As narrativas docentes são ferramentas formativas que permitem aos professores um processo de “aprendizagem narrativa” sobre suas trajetórias, escolhas e experiências ao longo do tempo. As entrevistas públicas de história oral oferecem um espaço dinâmico para o diálogo e a co-criação de memórias – experiência formativa tanto para os pesquisadores quanto para a audiência. Estas entrevistas promovem encontros entre professores em formação inicial e continuada, facilitando a troca de experiências e aprendizados. Esse processo de coautoria e partilha é fundamental para a construção de uma compreensão mais contextualizada das práticas docentes. Durante as entrevistas de história oral, os professores têm a chance de refletir sobre suas experiências e selecionar o que consideram relevante compartilhar. Este exercício de autoafirmação permite que os narradores se reconectem com suas próprias trajetórias e, muitas vezes, ensinem à audiência sobre suas práticas e ideais pedagógicos – professores entendidos como intelectuais públicos.

O caráter formativo das narrativas docentes, quando combinado com uma abordagem participativa e colaborativa, resulta em um processo de aprendizado contínuo. As histórias de vida dos professores não apenas enriquecem a compreensão da prática docente, mas também contribuem para a valorização e o reconhecimento social da profissão. Assim, a pesquisa e a documentação das histórias de vida podem transformar a compreensão da educação e da prática docente (perspectivas de estudiosos como Goodson e António Nóvoa). Goodson defende que a compreensão do social e do político começa com a compreensão

do pessoal e do biográfico, enquanto Nóvoa argumenta que a formação docente deve ser vista como um processo contínuo e adaptável, respeitando as abordagens (auto)biográficas. Nesse caminho o Acervo Trajetórias Docentes não apenas documenta a história da educação brasileira, mas também serve como um instrumento de formação e valorização dos professores. Ele representa um compromisso com a construção de um conhecimento colaborativo, essencial para o desenvolvimento contínuo da prática docente e da educação para uma história pública comprometida com uma educação libertadora.

8 - Sabemos que há uma diversidade de ações que envolvem processos colaborativos com diferentes públicos. Poderia nos contar um pouco sobre a pluralidade de dimensões e de movimentos da história pública no Brasil?

A história pública no Brasil é marcada por uma pluralidade de práticas e dimensões que evidenciam a crescente integração entre a pesquisa acadêmica e a participação ativa dos diversos públicos na construção e difusão do conhecimento histórico. A expressão “história pública” engloba múltiplas iniciativas que visam redimensionar o saber histórico, promovendo uma abordagem que busca superar a dicotomia entre a ciência acadêmica e as práticas de memória, estabelecendo pontes entre a produção, comunicação e recepção social das pesquisas.

A história pública participativa desempenha um papel fundamental nesse processo. Ela se caracteriza por práticas dialógicas e colaborativas que envolvem a produção de conhecimento com a participantes ativos. A produção colaborativa é um princípio central, onde pesquisadores trabalham junto com comunidades para criar e compartilhar narrativas sobre os passados ainda presentes. O desafio de garantir a participação das comunidades, traz reflexões sobre a “autoridades

compartilhadas”, pois a simples inclusão de redes de entrevistados nem sempre resulta em diálogos efetivos. Assim, é essencial refletir sobre os públicos e comunidades que podem não estar totalmente abrangidos pelas iniciativas, reconhecendo as dinâmicas complexas entre pessoas, articulações comunitárias e temas sensíveis.

A coprodução exige uma abordagem ética e dialógica, respeitando as conexões entre as memórias sociais e as dissonâncias que surgem nas narrativas históricas. Além da história pública, os novos formatos midiáticos são fundamentais para a história pública. Documentários e séries produzidos para televisão e plataformas de streaming oferecem uma abordagem acessível e envolvente para explorar eventos históricos e histórias de comunidades. A popularização de podcasts e audioguias permite uma experiência auditiva íntima e flexível. A tecnologia digital também contribui para a inovação na história pública por meio de exposições digitais e interativas. Sites e aplicativos móveis oferecem exposições virtuais, possibilitando a exploração de documentos históricos, fotos e vídeos de forma interativa e dinâmica. Esses recursos frequentemente incorporam elementos de gamificação, tornando o aprendizado mais participativo. As mídias sociais e os blogs ajudam na disseminação da história pública contemporânea. Plataformas como *Instagram* e *Facebook* são usadas para compartilhar trechos de histórias já produzidas, com imagens e análises, muitas vezes com buscando alcançar o público jovem. Blogs dedicados à história pública permitem discussões mais aprofundadas e análises críticas, promovendo um diálogo contínuo entre pesquisadores e o público em geral.

Museus e centros de memória têm adotado abordagens participativas, envolvendo as comunidades na curadoria e criação de exposições. Esses espaços frequentemente organizam eventos onde membros da comunidade podem contribuir com objetos pessoais, histórias e memórias, refletindo sobre as

experiências vividas. Arquivos comunitários e digitais são iniciativas que visam compartilhar documentos e histórias locais, frequentemente com a colaboração da comunidade para identificar, catalogar e disponibilizar materiais que não estão presentes em outros arquivos.

Essas práticas destacam como a história pública no Brasil está se expandindo de maneira plural, criando oportunidades para a participação ativa de diversos públicos nas interpretações sobre o passado. A combinação de novos formatos midiáticos e métodos de pesquisa participativa permite uma abordagem mais acessível à história, enriquecendo a compreensão coletiva e promovendo um diálogo contínuo entre o passado e o presente.

9 - Nos últimos anos, você tem participado de discussões, junto a colegas estrangeiros, particularmente da América Latina, sobre os processos de internacionalização da história pública, em uma perspectiva contra-colonial. Como você enxerga a importância e as tensões da pressão por internacionalização nessa prática?

A discussão sobre a internacionalização da história pública, especialmente na perspectiva anticolonial, revela um movimento delicado. Nos últimos anos, este debate tem ganhado relevância, particularmente entre pesquisadores da América Latina e do Brasil. A pressão por internacionalização dentro da prática da história pública pode revelar tensões significativas, que se relacionam diretamente com os desafios da contra-colonização (pois, prefiro utilizar o conceito do Nêgo Bispo para afirmar o anticolonialismo). O conceito de contra-colonização proposto por Nêgo Bispo (Antônio Bispo dos Santos) conecta regimes sociopolíticos e cosmológicos. A cosmologia afro-brasileira traz a interseção de valores, crenças e sentimentos expressos nas formas de vida e conhecimento comunitários. Isso inclui a história

das emoções relacionadas à ancestralidade que levam à criação de uma matriz cultural correspondente a práticas de resistência.

A internacionalização da história pública, enquanto busca por uma maior visibilidade e integração global, pode, paradoxalmente, reproduzir práticas coloniais ao impor uma visão homogênea sobre os sentidos públicos do passado – com rigidez metodológica. Através da lente contra colonial é possível examinar essas práticas que podem marginalizar ou distorcer as vozes e perspectivas locais ou minorizadas, perpetuando hierarquias de conhecimento e formas de ser que favorecem os padrões ocidentais e eurocêntricos.

Os projetos de história pública podem descortinar, em inúmeras experimentações participativas, novas práticas e reflexões sobre o conhecimento histórico, possibilitando assim uma práxis contra-colonial. Enquanto a ideia de descolonização informa teorias e métodos, o termo contra-colonial emerge como uma radicalização da luta contra hierarquias de conhecimento e formas de ser. Em particular, busco nas minhas experimentações as memórias que entrelaçam oralidade e corporeidade; os acervos de história (corpo)orais podem ser criados a partir de práticas colaborativas para difusão de narrativas contra-coloniais do passado. Destaco especificamente os projetos que tenho desenvolvido junto ao Laboratório de História Oral e da Imagem da Universidade Federal Fluminense. O LABHOI/UFF foi criado em 1982, e desde a sua origem buscou práticas e reflexões teórico-metodológicas produzidas colaborativamente com diversas comunidades de sentido.

O pensamento contra-colonial de Nêgo Bispo foi o ponto de partida para as minhas experimentações com acervos (corpo)orais no LABHOI. Ao observar a corporeidade da experiência vivida através de uma contra-narrativa, Nêgo Bispo se opôs a uma narrativa que privilegiava trabalhos de memória realizados do ponto de vista do colonizador. A contra-colonialidade proposta por Nêgo Bispo

prestou atenção à experiência incorporada, enfatizando a coexistência a partir do “sentir e agir”, e não apenas do pensar. Isso ressoa no que tenho chamado de pesquisa-intervenção com o uso da oralidade e do gesto – em encontros de memória e escritas videográficas coletivas.

Questiona-se a ideia de que a produção de conhecimento deve preceder a ação, pois na pesquisa-intervenção, a produção de conhecimento ocorre durante o encontro (junto aos grupos e comunidades), sendo o pesquisador parte implicada no campo investigado. Dialoga-se, assim, com a noção de implicação que desafia a hierarquização entre pesquisador e participantes. A produção de conhecimento torna-se, assim, um processo colaborativo e dinâmico a partir das reflexões, iniciadas na psicologia social, sobre intervenção. Um exemplo recente (realizado durante o ano de 2023) é o projeto “*Hip Hop e História Pública*” – com entrevistas e registros audiovisuais das rodas culturais de rap que culminaram em um encontro regional de Hip Hop na Universidade Federal Fluminense. O projeto foi desenvolvido em uma parceria entre estudantes e pesquisadores vinculados ao LABHOI e sujeitos da cultura Hip Hop que buscam realizar reuniões comunitárias regulares em espaços públicos, nas quais a presença de *DJs*, *beatmakers* e *MCs*, entre outros, é incentivada. O acervo é o resultado de uma pesquisa-intervenção: com a participação ativa de todos, visando reconhecer e valorizar a arte, a cultura e o potencial educativo junto as rodas culturais de rap.

Atualmente estão em processo de construção os seguintes acervos do LABHOI (formato *podcast*) de pesquisa-intervenção participativa a partir de histórias de vida: Educação Libertária em Trajetórias; Envelhecimento e experimentações em movimento: Corpo-oralidade e história de vida. Este último projeto, Corpo-oralidade e história de vida, é uma ação extensionista do LABHOI em parceria com o *Programa Avançado de Atendimento à Pessoa Idosa* – UFFESPA. Tal programa de extensão é configurado por um trabalho social em prol

de processos participativos na construção da cidadania com pessoas idosas (questões sobre envelhecimento na cidade de Niterói/RJ), composto por uma equipe interdisciplinar que configura uma rede de apoio mútuo. O trabalho do LABHOI, em uma pesquisa-intervenção – com o apoio de diversos grupos (do serviço social, da psicologia, do teatro, da biodança) – traz a junção do movimento corporal e da música em exercícios coletivos que conectam o cognitivo, o perceptivo e o sensorial para observação dos passados presentes nos corpos. Um processo participativo de intervenção que circunscreve e implica o movimento na percepção da história oral, com o estímulo da sensibilização corporal para a construção de narrativas autobiográficas. Os encontros semanais geraram um acervo de Histórias de Vida em formato Podcast.

A discussão em torno da contra-colonialidade ativa questionamentos sobre a história pública e permite a compreensão dinâmica de teorias e métodos da pesquisa participativa em história oral, comprometida com olhares ampliados para gestualidade e expressividade corporal. O campo da história pública, que se consolidou no Brasil ao longo da última década, tem se beneficiado em grande parte dos debates sobre história oral: acervos construídos pela própria comunidade, com vozes em primeira pessoa, demandas sociais por políticas de memória e resistências políticas em pesquisas autogestionárias comprometidas com ações diretas para o trabalho de memória em coletivos. Nossos projetos nascem da escuta de histórias de vida e da observação dos passados presentes nos corpos físicos – práticas que reverberam mudanças efetivas a partir da aprendizagem narrativa pelo gestual.

Tais projetos do LABHOI, no movimento da história pública, relacionam a pesquisa participativa ao trabalho de história oral que implica a corporeidade como objeto de estudo e prática colaborativa. Dessa forma, as pesquisas evocam a valorização da linguagem corporal desenvolvidas pelos narradores, ou seja,

gestos que remetem a múltiplas memórias. Os acervos apresentados acima são comprometidos com as finalidades documentais e arquivísticas de ampliação do próprio sentido público da história, capacidade expressa na produção, circulação e promoção dialógica dos saberes do passado. Assim, a história pública realizada no LABHOI não se refere apenas à disponibilidade de conteúdos e produtos finais, mas à relação entre saberes acadêmicos e não acadêmicos (ou comunitários) por seu caráter dialógico – no encontro dos participantes da pesquisa, nas formas de vínculo promovidas pela gestualidade. A performance narrativa evoca a valorização da linguagem corporal desenvolvida pelo narrador – gestos que se referem às memórias, intenções e imaginação em um contexto histórico. A corporalidade pode contar sobre um evento e, também, expressar papéis sociais e ideias presentes em sequência de ações. Busca-se construir uma história oral participativa que considere o movimento, da entonação vocal, da expressão corporal. Gestos parecem não caber na escrita e na oralidade, por apresentar outra lógica de expressão. O trabalho de história oral pode trazer o corpo do entrevistado, possibilitando narrar e recriar sua história de vida. A gravação em vídeo das entrevistas de história oral (produção audiovisual) propicia o exercício de observação das memórias corporais – por meio da performance narrativa dos entrevistados – e, por conseguinte, novos sentidos à compreensão da história.

A integração do corpo ao trabalho de história oral provoca questionamentos sobre o pensar, o sentir e o agir deste sujeito histórico, em uma coprodução narrador/comunidade. A performance corporal do entrevistado pode compor uma presença que toca e marca, trazendo uma percepção sensorial. Nos projetos de história participativa que integro no LABHOI, considera-se o corpo dos integrantes da pesquisa, atentando para as marcas de suas experiências e vivências, compreendendo o corpo enquanto fonte de memórias, resistências e negociações

de poder. A história engajada, ao incluir ativamente as comunidades na construção do conhecimento, valoriza esses corpos no processo de pesquisa.

Entendo que a corporeidade, regulada por normas sociais e políticas, é, também, capaz de insurgir contra essas imposições. Na história pública essa dimensão política se intensifica, pois a participação ativa das comunidades na pesquisa não só documenta suas memórias, mas também desafia as estruturas de poder que tentam apagar ou controlar essas histórias. As narrativas (corpo)orais são fundamentais para a construção de narrativas plurais, que desafiam a hegemonia do arquivo textual e abrem espaço para a diversidade de experiências.

Retomo, agora, a pergunta sobre como estão “as discussões, junto a colegas estrangeiros, particularmente da América Latina, sobre os processos de internacionalização da história pública, em uma perspectiva contra-colonial”. Para tanto que trazer o manifesto redigido para a constituição da *Rede Latino-Americana de História Pública (RedLaHP)* e a articulação dessas iniciativas com as propostas da *Federação Internacional de História Pública (FIHP)*. Naquele tempo-espaço, em maio de 2023 na Universidad Nacional de Quilmes – Argentina, consideramos que a História Pública – enquanto um movimento de estudo e intervenção – deveria englobar reflexões sobre os usos públicos do passado, as narrativas para comunicar os avanços científicos, as formas de atingir públicos diversos, bem como as diversas estratégias de construção comunitária da história na América Latina.

A RedLaHP nasceu em assembleia, por meio de um encontro entre pesquisadores, estudantes, professores, funcionários de museus e arquivos, divulgadores, bem como pessoas e instituições que trabalham com história e memória em espaços e coletivos muito diversos. E, após aquele encontro iniciamos a redação dos princípios e propostas da RedLaHP, entre elas: Reconhecimento da

relevância social da produção de conhecimento histórico para uma compreensão crítica da realidade; A construção de uma História Pública dialógica que favoreça a produção situada e coparticipativa do conhecimento histórico; A necessidade de reconhecer e acrescentar novos temas, narrativas e perspectivas históricas ao debate público, a fim de contribuir para a democratização de nossas sociedades; A intervenção sobre os passados sensíveis, a visibilização das consequências dos dispositivos de colonialidade impostos na América Latina, a História dos Povos Indígenas, a História da Cultura Negra, a História das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, a História dos Trabalhadores e a História da violência estatal e paraestatal na América Latina; A urgência de debater as boas práticas, os princípios éticos da intervenção pública e a responsabilidade profissional dos historiadores; O repúdio à proliferação internacional de discursos negacionistas que inviabilizam o direito à história e à memória de diferentes coletivos.

Recebido em: 20/09/2024

Aprovado em: 28/10/2024

Publicado em: 24/10/2024